

PBH ATIVOS S.A.

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias

**Referente ao 1º semestre do exercício de
2021.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

PBH ATIVOS S.A.

**Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PBH ATIVOS S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial intermediário da **PBH ATIVOS S.A.** (“**Companhia**”), em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é a responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações intermediárias e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicável à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As informações contábeis da **PBH ATIVOS S.A. (“Companhia”)**, para 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020, foram revisadas por outro auditor independente, que emitiu seu relatório em 21 de agosto de 2020 e 31 de março de 2021, com conclusão e opinião sem ressalvas sobre essas informações contábeis.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER
MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.03.10 10:35:46 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020		Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	86.747	67.847	Debêntures	12	36.933	62.663
Aplicações vinculadas	8	4.904	3.179	Fornecedores		50	58
Créditos a receber	4	65.453	65.774	Impostos e obrigações a recolher	13	2.696	1.148
Impostos a recuperar	5	402	1.703	Salários, remunerações e encargos sociais	14	336	341
Antecipação de impostos	6	1.627	-	Provisões trabalhistas	15	421	319
Outros ativos		5	3	Outros passivos		35	28
		159.138	138.506			40.470	64.557
Não circulante				Não circulante			
Créditos a receber	4	388.969	413.007	Debêntures	12	209.924	198.350
Depósitos judiciais	7	19.511	18.288	Garantias e cauções passivas	9.2	14	13
Aplicações vinculadas	8	-	6.556	Tributos diferidos	21.2	71.597	71.076
Garantias e cauções	9.1	153.885	147.746	Contingência fiscal	7	19.511	18.288
Créditos fiscais	21.3	14.906	16.027			301.046	287.727
Bens destinados à venda	10	10.010	10.010	Patrimônio social			
Imobilizado	11	29.560	29.576	Capital social	16.1	284.280	284.280
Intangível	11	1	2	Reserva de lucros	16.2	150.182	143.154
		616.841	641.212			434.462	427.434
Total do ativo		775.979	779.718	Total do passivo e patrimônio líquido		775.979	779.718

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações do resultado
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
Receitas	17	25.256	25.307
Custos	18	(11.628)	(13.995)
Lucro bruto		13.628	11.312
Despesas com pessoal		(1.723)	(1.725)
Despesas administrativas		(1.663)	(1.688)
Despesas tributárias	7	(1.459)	(1.824)
Atualização monetária (correção saldo negativo de IRRF)		6	68
Outras receitas e despesas operacionais		46	-
		(4.792)	(5.169)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		8.835	6.143
Receitas financeiras	20	2.547	2.713
Despesas financeiras		(106)	(92)
Receitas financeiras líquidas		2.441	2.621
Resultado antes dos impostos		11.276	8.764
Imposto de Renda e CSLL	21	(2.606)	(3.006)
Provisão Imposto diferidos	21.2	(521)	774
Reversão crédito fiscal sobre compensação de prejuízo	21.3	(1.121)	(1.294)
		(4.248)	(3.526)
Lucro líquido do período		7.028	5.238
Lucro líquido do período por ação		0,21	0,16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Resultado abrangente do período	7.028	5.238

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)

	Reservas de lucros			Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Lucros a destinar		
Saldos em 1° de janeiro de 2020	284.280	8.234	119.259	-	411.773
Lucro líquido do período	-	-	-	5.238	5.238
Transferências para reservas	-	262	4.976	(5.238)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	284.280	8.496	124.235	-	417.011
Saldos em 1° de janeiro de 2021	284.280	9.017	134.137	-	427.434
Lucro líquido do período	-	-	-	7.028	7.028
Transferências para reservas	-	351	6.677	(7.028)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	284.280	9.368	140.814	-	434.462

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)

	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.028	5.238
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	17	23
Varição monetária líquida	(10.060)	(5.785)
Custo de captação amortizado	5	21
Despesas de juros	24	350
Provisão de Impostos diferidos	521	(774)
Provisão para contingências	1.223	1.596
Créditos fiscais	1.121	1.294
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(3.544)	(5.003)
	(3.664)	(3.040)
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Recebimento de créditos	49.618	62.689
Impostos a recuperar	1.301	1.198
Aplicações vinculadas	(1.725)	-
Outros Ativos Circulantes	(2)	(12)
Antecipação de Impostos	(1.627)	(2.191)
Realizável a Longo Prazo	(807)	(12.045)
	46.758	49.639
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(8)	19
Impostos e Obrigações a recolher	1.548	2.123
Obrigações sociais e trabalhistas	(5)	(18)
Provisões trabalhistas	102	169
Outros Passivos	2	(3)
	1.639	2.290
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	44.733	48.889
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado/intangíveis	-	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(2)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de debêntures	(25.833)	(50.040)
Juros pagos sobre debêntures	-	(2.753)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	(25.833)	(52.793)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	18.900	(3.906)
Caixas e equivalentes no início do período	67.847	69.004
Caixas e equivalentes no final do período	86.747	65.098
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	18.900	(3.906)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

Em razão da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia implementou o regime de trabalho remoto, a partir de 18 de março de 2020, mantendo as suas atividades administrativas e operacionais em funcionamento por meio de tecnologias remotas e comunicação virtual.

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2021.

2. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na Elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2020. Desta forma, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

A emissão dessas Demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 10 de fevereiro de 2022.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2021, os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos		-	-
Aplicações financeiras	3.1	86.433	67698
Numerários em trânsito	3.2	314	149
		<u>86.747</u>	<u>67.847</u>

3.1. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas por fundos de investimentos de liquidez e rentabilidade diárias, atrelados à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário “CDI”, com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

São gerenciados pela Companhia para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Numerários em trânsito

Correspondem a valores reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

4. Créditos a receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a Copasa MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município, e foram cedidos fiduciariamente para as garantias de PPP e para a operação de debêntures, respectivamente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)**

São tratados como mantidos até o vencimento considerando que não podem ser negociados no mercado face às suas naturezas e origens.

Os saldos em 30 de junho de 2021 estão assim apresentados:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a Receber		-	224
Copasa MG	4.1	20.445	19.532
Direitos Creditórios a Receber	4.2	45.008	46.018
Circulante		65.453	65.774
Copasa MG	4.1	196.012	197.235
Direitos Creditórios a Receber	4.2	192.957	215.772
Não circulante		388.969	413.007

4.1. Créditos COPASA MG a receber

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29 de maio de 2012, com vencimento em junho de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e do Termo de Reconhecimento de Dívida.

O saldo dos Créditos COPASA MG a Receber reflete as amortizações ocorridas e atualizações mensais (pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), são classificados conforme demonstrados no quadro a seguir:

Estes créditos foram dados, pela PBH Ativos, como garantia em PPP's do Município, sendo que seu recebimento ocorre em contas bancárias gravadas de penhor em favor das concessionárias (nota explicativa nº9).

4.2. Direitos creditórios a receber

Provenientes da Cessão de Direitos de Créditos Autônomos realizada pelo Município de Belo Horizonte, em 01 de abril de 2014, e voltada para a subscrição integral de debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil, com vencimento em abril de 2035.

Foram reconhecidos inicialmente pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão,

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)**

01 de abril 2014, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros baseando no Fluxo de Recebimento de Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

São atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado, de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis aos créditos originários.

5. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS/COFINS, INSS e Saldos Negativos de IRPJ e CSLL.

Os valores são demonstrados em 30 de junho de 2021, conforme quadro a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
INSS	1	1
PIS/COFINS/IRRF	47	17
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	354	1.685
	<u>402</u>	<u>1.703</u>

6. Antecipação de impostos

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui créditos tributários originados por montantes antecipadamente pagos por estimativa de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 1,6 milhões, reguladas pelos artigos nº 219, 229 e 921 do Decreto nº 9.580/18.

7. Depósitos judiciais e contingências fiscais

Através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14 de março de 2016, a Companhia contesta a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, requerendo, destarte, a declaração de inexistência da obrigação tributária.

Em 18 de março de 2016, foi concedido por meio de liminar o não recolhimento dos valores ao ente federativo, sendo determinada, em contrapartida, a realização dos depósitos dos valores em juízo.

O litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda provável, diante da Denegação do Mandado de Segurança em 28 de agosto de 2018 e,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de junho de 2021 (Em Reais Mil)

desta forma, a Administração deliberou em constituir uma provisão de contingência no mesmo montante do depósito judicial.

Assim, em 30 de junho de 2021, o valor do Passivo Contingente e dos depósitos judiciais atualizados corresponde ao importe de R\$ 19,5 milhões (18,3 milhões em 31 de dezembro de 2020).

7.1 Outras demandas judiciais - Contingências não provisionadas

- **Mandado de Segurança - 1009059-46.2018.4.01.3800 (Natureza tributária)** - Trata-se de Mandado de Segurança em que a PBH ATIVOS pede a concessão da segurança para que reste reconhecido o seu direito de poder quitar débitos de IR e de CSLL sem a restrição introduzida pelo inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei 9.430/1996, trazido pela Lei 13.670/2018, ou seja, podendo fazê-lo via compensação, tal qual autorizado antes do advento do referido diploma legal.
- **Ação Civil Pública - 5044155-98.2017.8.13.0024 - (Natureza Cível - Trata-se de Ação Civil Pública.** Apurar supostas irregularidades no que tange aos benefícios e ao recebimento de altos salários por parte dos agentes públicos vinculados a PBH ATIVOS S/A. sociedade de economia mista municipal, integrante da Administração Indireta Municipal. A PBH Ativos informa nos autos que foi aprovado o Plano de carreira, Cargo e Salário, bem como a realização de concurso público. O concurso foi homologado e as nomeações dos aprovados iniciadas desde 2019.

O desfecho destas ações judiciais discutidos pela PBH Ativos em juízo é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.

8. Aplicações financeiras

Esse grupo é representado da seguinte posição:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação financeira curto prazo (a)	4.904	3.179
Aplicação financeira longo prazo (a)	-	6.556
	<u>4.904</u>	<u>9.735</u>

- a) O valor da aplicação financeira de R\$ 4,9 milhões (R\$ 3.2 milhões em dezembro de 2020) está destinado ao pagamento das parcelas de amortizações a favor dos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)**

debenturistas de mercado que, no momento, está retido em uma conta vinculado do Banco do Brasil nº 18.120-X, por conta da decisão cautelar nos Autos de Representação nº 1.024.572, que tramita perante a 1ª Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG).

- b) O saldo excedente da conta vinculada PBH Ativos - UMEIS 3491-8 foi transferido para a conta 3792-5 e reclassificado para a conta de livre movimentação da PBH Ativos, registrado no curto prazo.

9. Garantias e cauções**9.1. Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante**

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Conforme demonstrado:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplic. Financeira - BB - CC 21179-6	-	5.353
Aplic. Financeira - CEF 3491-8	26.636	26.394
Aplic. Financeira - CEF 3791-7	20.701	15.139
Aplic. Financeira - CEF 3483-7	106.548	100.860
	<u>153.885</u>	<u>147.746</u>

Cada conta de aplicação financeira é destinada a prover uma garantia específica, conforme descrito a seguir:

a) Aplicações financeiras vinculadas às Contas nºs 3491-8, 3791-7 e 3483-7

Destinadas a prover garantia na Parceria Público Privada (PPP) junto à Secretaria Municipal de Educação para construção das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMeIs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), prover garantia na PPP da Saúde (UBS) e prover garantia na PPP junto à Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC).

b) Aplicação financeira vinculada à Conta nº 21.179-6

A Assembleia Geral dos Debenturistas de 14/06/2021 ratificou com base nas decisões da Representação do TCE pela liberação de R\$ 5,3 milhões em junho de 2021 aplicada na Conta de Adiantamento (“Contas de Garantia”) para a Conta de livre movimentação da PBH Ativos.

9.2. Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores. Em 30 de junho de 2021 é R\$ 14 (R\$ 13 saldo em dezembro de 2020).

10. Bens destinados à venda

Compreendem terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil.

Os terrenos foram destinados ao Município de Belo Horizonte, através de um termo de permuta de bens imóveis e cessão de uso gratuito com o Município de Belo Horizonte realizado em 30 de abril de 2015, para edificação da nova Rodoviária da Prefeitura.

Deste modo, considerando o tempo a transcorrer do processo de permuta com o cronograma da referida obra, foi cedido pela Companhia ao Município o uso gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município.

Os Terrenos foram reavaliados sem indicações de perda de valor econômico.

11. Ativo imobilizado e Ativo intangível

O Ativo Imobilizado é representado por terrenos integralizados em 2014 e 2015, no importe de R\$ 29.426 mil e por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia. No exercício de 2017 os terrenos foram reclassificados da rubrica Bens Destinados para Venda para a Rubrica "Ativo Imobilizado" considerando a revogação do Processo nº 01.047.202/15-56 de licitação para alienação dos terrenos, conforme consta em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia na data 30 de março de 2017.

O Ativo Intangível é composto por programas (softwares) não customizados com valor residual de R\$ 1 e (R\$ 2 em dezembro de 2020).

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear e foram reavaliados sem indicações de perda de valor econômico em face das suas características e utilização.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)**

A posição patrimonial da PBH Ativos, em 30 de junho de 2021 é a seguinte:

▪ **Imobilizado**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Terrenos	29.426	29.426
Computadores e periféricos	31	38
Moveis e utensílios	99	107
Máquinas e equipamentos	4	5
Total	<u>29.560</u>	<u>29.576</u>

12. Debêntures

12.1. Debêntures - 1º Emissão

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1 de abril de 2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), possui prazo de vencimento em abril de 2023.

São atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11,6 milhões (R\$ 13, 6 milhões em 2020) a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e até 30/06/2021 realizou amortizações parciais no montante total de R\$ 54,1 milhões (R\$ 72,1 milhões no exercício de 2020).

Portanto, em 30 de junho de 2021 o saldo das Debêntures de Primeira Emissão corresponde a R\$ 242 milhões (R\$ 256 milhões - 31/12/2020).

12.2. Debêntures - 2º Emissão

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de

R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15 de abril de 2021. Em 09 de maio de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento com alterações no cronograma de amortização das Debêntures, modificando os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

São atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a.

Os saldos contábeis são reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu contrato encerrado em abril de 2021 sem que houvesse sua quitação integral. As parcelas devidas e não pagas de julho/2020 até abril/2021 estão retidas na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do banco do Brasil (“contas de Pagamento”), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo em 30 de junho de 2021 de R\$ 4,9 milhões (R\$ 3,2 milhões em dezembro de 2020).

12.3. Informação sobre acórdão TCE-Representação 1.024.572

Em 17 de junho de 2020, o acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) referendou a medida cautelar proferida no âmbito da Representação 1.024.572 (Apenso 1.031.793) que discute, dentre outros pontos, aspectos da “Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-conversíveis, com Garantia Real, em Série única, Com Esforços Restritos de Colocação” realizada pela Companhia. A Emissora foi intimada acerca do acórdão no sentido de que fosse suspenso, em caráter acautelatório, o pagamento das parcelas diretamente aos debenturistas de mercado e de que tais valores fossem depositados numa conta apartada com aplicação financeira de liquidez diária.

No referido acórdão, determinou-se que o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário adotassem medidas para o cumprimento do acima citado, de acordo com o prazo de amortização previsto no cronograma da operação, até a superveniência da decisão definitiva pelo Tribunal.

Na oportunidade, o Tribunal de Contas afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora em razão dessa decisão. Além de ter frisado que as determinações expedidas ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário proíbem a interrupção de qualquer transferência para a conta de livre movimentação e a retenção de valores das contas vinculadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)**

A PBH Ativos indicou o domicílio bancário exclusivo para o cumprimento do acórdão, bem como o Agente Fiduciário e Banco Centralizador cumpriram o determinado pelo Tribunal, já a partir da parcela subsequente, de julho de 2020.

O desfecho desta ação judicial discutido pela PBH Ativos em juízo é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

13. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CSLL	693	436
IRPJ	1.913	435
IRRF	86	110
PIS/COFINS/CSLL/ISS a recolher	4	3
	<u>2.696</u>	<u>1.148</u>

Os saldos de IRPJ e CSLL em 30/06/2021 são apurados mensalmente para efeito de suspensão/redução do pagamento destes impostos devidos em dezembro/2020, os quais serão compensados com os pagamentos antecipados destacados na Nota Explicativa n° 6.

14. Salários, remunerações e encargos sociais

Em 30 de junho de 2021, o saldo da conta de salários, remunerações e encargos sociais estão assim demonstrados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ordenados e salários	231	234
FGTS a recolher	18	24
INSS e RPPS a recolher	87	83
	<u>336</u>	<u>341</u>

15. Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para 13º Salário	77	-
Provisão para Férias	234	235
Encargos s/ Provisão de 13º Salário	27	-
Encargos s/ Provisão de Férias	83	84
	<u>421</u>	<u>319</u>

16. Patrimônio líquido**16.1. Capital social**

O capital social integralizado em 30 de junho de 2021 é de R\$ 284.280.301, representado por 32.851.182 ações ordinárias.

16.2. Reservas**a) Reserva legal**

Correspondente a 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

17. Receitas

Em 30 de junho de 2021 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Juros	3.544	5.003
Atualização de Créditos	21.659	19.409
Prestação de Serviços	53	895
	<u>25.256</u>	<u>25.307</u>

17.1. Juros auferidos

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide Nota nº 4.2).

17.2. Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (Nota

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)**

n^{os} 4.1 e 4.2).

18. Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures, compostos pelos seguintes valores:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Atualização s/ Debêntures	11.599	13.624
Juros s/ Debêntures	24	350
Amortização de custos de captação	5	21
	<u>11.628</u>	<u>13.995</u>

19. Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia em 30 de junho de 2021 estão assim demonstradas:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Processos fiscais (Nota nº 7)	1.223	1.596
IPTU	234	227
Outros	2	1
	<u>1.459</u>	<u>1.824</u>

20. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 30 de junho de 2021 está assim demonstrado:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas Financeiras		
Receitas c/ aplicações financeiras	2.543	2.709
Outras receitas financeiras	4	4
	<u>2.547</u>	<u>2.713</u>
Despesas Financeiras		
Comissões despesas bancárias	(39)	(37)
Variação monetária	(48)	-
IOF	(19)	(55)
	<u>(106)</u>	<u>(92)</u>
	<u>2.441</u>	<u>2.621</u>

21. Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração do IRPJ e CSLL com base no lucro real anual. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Composição		
Resultado Contábil	7.028	5.238
Provisões não dedutíveis	1.744	832
(=) Lucro Líquido	8.772	6.059
(+) Adições	27.437	31.045
(-) Exclusões	(25.210)	(24.420)
Resultado Fiscal	10.999	12.684
(-) Compensação Prejuízo/Base Negativa de Exerc. Anteriores	(3.299)	(3.805)
Base de Cálculo	7.700	8.879
IRPJ	1.913	2.207
CSLL	693	799
IR/CSLL corrente	2.606	3.006

21.1. IRPJ e CSLL sobre Lucro Líquido

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Ambos tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

Ressalta-se que, dentre as receitas auferidas, partes não foram realizadas, de modo que são excluídas da base de cálculo para fins de apuração.

21.2. Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre receita não realizada

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.578/77 e atualizado pelo Decreto nº 1.698/78, o artigo 10º da IN nº 21/79 e IN nº 1.700/2018, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2021
(Em Reais Mil)**

Em 30 de junho de 2021 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:

<u>IRPJ e CSLL diferidos (em milhares de Reais)</u>	<u>IRPJ e CSLL Provisionado (R\$)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	73.157
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	831
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	(2.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.076
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	2.010
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	(1.489)
Saldo em 30 de junho de 2021	71.597

21.3. Crédito fiscal a compensar

A Companhia possui créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

<u>Créditos fiscal a compensar</u>	<u>CSLL (9%) e IRPJ (25%)</u>
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	120
Compensação Prej. Resultado Exercício 2013	(89)
Saldo Prej. Fiscal Exercício 2012 não compensado	31
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.414
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.294
Prejuízo Fiscal Exercício 2016	12.729
Prejuízo Fiscal Exercício 2017	(426)
Prejuízo Fiscal Exercício 2018	(3.322)
Prejuízo Fiscal Exercício 2019	(4.232)
Prejuízo Fiscal Exercício 2020	(3.461)
Prejuízo Fiscal Exercício 30.06.2021	(1.121)
Total	14.906

22. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são relativas (i) à cessão de Direitos de Crédito Autônomos (Direitos Creditórios a Receber); (ii) à emissão de Debêntures de Primeira Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, acionista majoritário e (iii) contratos de penhor para as PPP' da Saúde, UMEIS, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 4, 9 e 12. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que a PBH Ativos estão sujeitos.

Importante destacar que os fluxos recebíveis da COPASA e dos Direitos Creditórios não sofreram alterações que compromettesse os seus compromissos com os debenturistas e a garantias das PPP's a curto prazo.

23. Ativos e passivo financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus respectivos valores justos estão representados nas notas explicativas nº 4, 9 e 12. O valor justo é considerado idêntico aos saldos contábeis, principalmente, considerando que foram dados em garantia em operações de emissões de debêntures e de contratos de PPP, que são operações impossibilitados de serem negociados no mercado.

24. Eventos subsequentes

Administração reconhece sua responsabilidade pela adequada apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e confirma que não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2021 e a data de aprovação dessas demonstrações contábeis datadas em de 10 de fevereiro de 2022.

Pedro Meneguetti
Diretor Presidente

Fábio Menezes Resende
Contador: CRC/MG 079805/O-8